



Laboratório Globo S.A.

CNPJ nº 17.115.437/0001-73

Demonstrações contábeis acompanhadas do relatório do auditor independente de 31 de dezembro de 2025 - Ref.: Relatório nº 263PD-002-PB

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO DE 2025

O Laboratório Globo S.A. submete à apreciação de seus acionistas o Relatório de Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras Societárias Individuais e Consolidadas, acompanhadas do parecer dos auditores independentes, referentes aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2025 e 2024, que contemplam as práticas contábeis internacionais conforme o International Financial Reporting Standards (IFRS) e os pronunciamentos emitidos pelo CPC aplicáveis às suas operações. MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO - O ano de 2025 apresentou-se como um período desafiador para a nossa Companhia. Esperávamos um mercado mais ativo e planejamos nossas atividades com essa expectativa, mas a realidade mostrou-se menos favorável do que prevíamos, embora o mercado tenha iniciado uma reação. Enfrentamos diversos desafios e instabilidades no primeiro semestre do ano, conseguindo uma boa recuperação no segundo semestre. Com essa recuperação, conseguimos crescer o resultado, onde crescemos mais de 27% em receita líquida. Tivemos um lucro bruto saltando de R\$ 29.663 em 2024 para R\$ 67.771 em 2025, um crescimento de mais de 56%. Redução do endividamento em 47% no comparativo de 2025 versus 2024 e uma melhora significativa na relação de custo x receita líquida em mais de 17%. Essas melhoras foi devido a decisões equilibradas e assertivas da Companhia. Em 2025 também conseguimos implementar e concluir algumas iniciativas importantes, tais como: • Recuperação de crédito fiscal; • Troca na gestão da empresa; • Alinhamento de objetivos e processos com os Representantes Comerciais e com os principais clientes da companhia, e; • Implantação e melhorias do ERP SAP Business One, que teve o Go Live em 01/01/2024. Os resultados financeiros de 2025 foi um pouco abaixo do orçado pela Companhia, mas mostrando excelentes sinais de recuperação, principalmente no segundo semestre do ano. Apesar dos resultados financeiros um pouco abaixo do esperado, mantemos a confiança e a certeza de que dias melhores virão em 2026, sinais já dados no segundo semestre de 2025. E para isso, contamos com o incansável apoio, dedicação comprometimento e criatividade de todos os nossos colaboradores. Agradecemos a sua confiança na Globo Pharma, assim como temos confiança na nossa habilidade de gerar valor aos nossos acionistas Obrigado e vamos continuar cuidando dos brasileiros de norte a sul do país, dando acesso à saúde de qualidade a preço justo, através de parceiros que valorizam relações de confiança. São José da Lapa, 30 de março de 2026 - Administração

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais) - Table with columns: Ativo, Notas, 2025, 2024. Includes sections for Ativo circulante, Ativo não circulante, Passivo e patrimônio líquido, and Patrimônio líquido.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais) - Table with columns: Notas, Capital social, Reserva de capital, Reserva de Incen-tivos Fiscais, Ajuste de avaliação patrimonial, Prejuízo acumulado, Total. Includes sections for Saldos em 31 de dezembro de 2023, Saldos em 31 de dezembro de 2024, and Saldos em 31 de dezembro de 2025.

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais) - Table with columns: Notas, 2025, 2024. Includes sections for Fluxos de caixa das atividades operacionais, Fluxos de caixa das atividades de investimentos, and Fluxos de caixa das atividades de financiamento.

ção de máquinas e equipamentos ou insumos realizados em moeda estrangeira, são convertidas na moeda funcional mediante a utilização da taxa de câmbio oficial divulgada pelo Banco Central do Brasil, nas datas de cada transação, e líquida a valores de mercado no fechamento das dividas. Os ganhos e perdas com variação cambial na aplicação das taxas de câmbio sobre os ativos e passivos são reconhecidos como receitas e despesas financeiras. I) Provisões - As provisões são reconhecidas quando há uma obrigação presente, legal ou não formalizada como resultado de eventos passados quando é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação, e quando o valor possa ser estimado com segurança. As provisões para riscos e contingências estão constituídas por valores atualizados, com base nas estimativas de perdas estabelecidas pelos assessores jurídicos da Companhia. Quando a provisão é mensurada usando o fluxo de caixa estimado para liquidar a obrigação presente, o seu valor é determinado através do valor presente desses fluxos de caixa. Os ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxito prováveis são apenas divulgados em nota explicativa. m) Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos - As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido. O imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias vigentes na data de apresentação das demonstrações contábeis, sobre o lucro tributável. O imposto de renda e contribuição social diferido são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações contábeis. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. (Nota Explicativa nº 23). A alíquota efetiva do imposto de renda é calculada levando-se em conta os incentivos fiscais de imposto de renda concedido, sobre as projeções futuras de resultado. Em 2021 foi incorporado o valor devido à incorporação reversa constituído sobre o ágio gerado na aquisição da Companhia, conforme Nota Explicativa nº 23 de crédito fiscal diferido ativo. A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada período de relatório e, quando não for mais provável que os lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício. n) Resultado por ação - O resultado básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações de emissão da Companhia ao longo do exercício, excluindo as ações compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria. A Companhia não possui instrumentos potencialmente dilutivos em circulação ou dívidas convertíveis em ações ordinárias. Desta maneira, o resultado diluído por ação em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é igual ao resultado básico por ação. o) Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes - Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo no futuro. Estão demonstrados por seus valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos, encargos e atualizações monetárias incorridas até a data do balanço e, no caso dos ativos, retificados por provisão para perdas quando necessário. p) Reconhecimento da receita - O reconhecimento das receitas provenientes das operações com clientes, obedece a norma que estabelece um modelo que visa evidenciar se os critérios para a contabilização foram ou não satisfeitos. As etapas deste novo processo compreendem: • A identificação do contrato com o cliente; • A identificação das obrigações de desempenho; • A determinação do preço da transação; • A alocação do preço da transação; e • O reconhecimento da receita mediante o atendimento da obrigação de desempenho. Considerando os aspectos acima, as receitas deverão ser registradas pelo valor que reflete a expectativa que a Empresa tem de receber pela contrapartida dos produtos oferecidos aos clientes. A receita bruta é apresentada deduzindo os abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações de receitas entre partes relacionadas e do ajuste ao valor presente, conforme Nota Explicativa nº 19. q) Subvenções governamentais - Uma subvenção governamental é reconhecida no resultado ao longo do período subsidiado desde que atendidas as condições do IAS 20 em consonância com CPC 07 - "Subvenções e assistências governamentais". As parcelas recebidas de incentivos fiscais para redução do ICMS foram registradas no resultado do exercício na rubrica deduzidas da receita bruta. r) Ajuste a valor presente de ativos e passivos - Os ativos e passivos monetários não circulantes e os circulantes quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto são ajustados ao valor presente. O ajuste a valor presente é calculado levando-se em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência dos exercícios. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa. As taxas de juros implícitas, quando aplicadas, são determinadas com base em premissas razoavelmente fundamentadas e são consideradas estimativas contábeis. Não ocorreram ajustes a valor presente sobre os ativos e passivos da Companhia, tendo em vista que os valores oriundos da aplicação dessa técnica se mostraram materiais. s) Demonstração dos fluxos de caixa - As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o estabelecido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). 3.1. Normas revisadas com adoção a partir de 1 de janeiro de 2025 - A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2025 (exceto quando indicado de outra forma). A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes. IAS 21 Ausência de convertibilidade (equivalente ao CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis) - Em agosto de 2023, o IASB emitiu alterações ao IAS 21 para esclarecer como as entidades devem avaliar se uma moeda é convertível e como determinar a taxa de câmbio aplicável quando a convertibilidade é temporariamente inexistente. As alterações também introduzem requisitos adicionais de divulgação, com o objetivo de permitir que os usuários das demonstrações contábeis avaliem os efeitos financeiros da ausência de convertibilidade da moeda. As alterações não tiveram impacto nas demonstrações contábeis da Companhia. Alterações à IFRS 10 (Demonstrações Consolidadas), aplicáveis a períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2025. Essas alterações fazem parte do ciclo contínuo de melhorias anuais e têm como objetivo esclarecer aspectos específicos relacionados à avaliação de controle para fins de consolidação. As alterações não tiveram impacto nas demonstrações contábeis da Companhia. 3.2. 8. Imobilizado - A seguir, são apresentadas as movimentações no ativo imobilizado: a) Composição do saldo

Novas normas, alterações e interpretações de normas emitidas, mas ainda não vigentes em 31 de dezembro de 2025 Até a data de autorização para emissão destas demonstrações contábeis, determinadas normas, alterações e interpretações haviam sido emitidas pelo IASB e convergidas pelo CPC, mas ainda não estavam vigentes para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025. A Companhia não adotou antecipadamente essas normas e encontra-se avaliando os potenciais impactos de sua aplicação futura. IFRS 18 - Apresentação e Divulgação em Demonstrações Financeiras - Em abril de 2024, o IASB emitiu a IFRS 18, que substituirá o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1)), estabelecendo novos requisitos para apresentação e divulgação das demonstrações financeiras, incluindo a introdução de subtítulos padronizados na demonstração do resultado e maior detalhamento sobre medidas de desempenho gerencial. A norma é aplicável a períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2027. A Companhia está avaliando os impactos da adoção dessa norma em suas demonstrações contábeis. IFRS 19 - Subsidiárias sem responsabilidade pública de prestação de contas: divulgações - Em maio de 2024, o IASB emitiu a IFRS 19, que permite que determinadas subsidiárias que não possuem responsabilidade pública de prestação de contas adotem requisitos reduzidos de divulgação, mantendo o reconhecimento e a mensuração de acordo com as IFRS completas. A norma é aplicável a períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2027. A Companhia está avaliando a aplicabilidade e os possíveis efeitos dessa norma em suas demonstrações contábeis. Alterações à IFRS 9/CPC 48 e IFRS 7/CPC 40 - Instrumentos financeiros - O IASB emitiu alterações às normas IFRS 9 e IFRS 7 com o objetivo de esclarecer aspectos relacionados à classificação, mensuração e divulgação de instrumentos financeiros, incluindo disposições específicas aplicáveis a determinados instrumentos estruturados. Essas alterações entram em vigor para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2026. A Companhia está avaliando os impactos da adoção dessas alterações em suas demonstrações contábeis. As alterações são efetivas para exercícios anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2026. 4. Caixa e equivalentes de caixa Descrição Bancos conta movimento 2025 2024 10.326 4.768 Aplicações financeiras 10.346 33.629 Total 20.672 38.397 Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo da Companhia e são realizados em instituições financeiras de primeira linha no intuito de manter o poder aquisitivo da moeda corrente (real) e gerar rendimentos seguros para a manutenção das operações, e podem ser movimentados de acordo com a necessidade de recursos. As aplicações financeiras têm liquidez imediata, sem risco de mudança significativa de seu valor de mercado. Essas aplicações apresentam remuneração de 99% do Certificado de Depósito Interbancário. 5. Contas a receber de clientes - a) Composição do saldo Descrição 2025 2024 Contas a receber - mercado interno 99.303 85.392 (i) Perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa (25.391) (22.867) Total 73.912 62.525 A exposição máxima ao risco de crédito na data do balanço é o valor atribuído a cada tipo de contas a receber. A Companhia avaliou o ajuste a valor presente das contas a receber de clientes nas datas dos balanços e concluiu que os valores não geram efeitos relevantes nas demonstrações contábeis. b) Composição por vencimento Descrição 2025 2024 A vencer 72.357 59.425 Período vencidos de 1 a 30 dias 826 2.638 de 31 a 90 dias 750 953 de 91 a 180 dias 139 598 de 181 a 365 dias 1.772 13.624 Superior a 365 dias 23.459 8.154 Subtotal 26.946 25.967 Total 99.303 85.392 c) Perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa - Calculada com base na análise dos riscos de créditos que contempla a situação individual dos clientes, as garantias reais que suportam tais créditos e a avaliação dos assessores jurídicos. A provisão elaborada pela Administração da Companhia é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas de contas a receber, e possui a seguinte movimentação. Saldo em 31 de dezembro de 2023 7.715 Provisão para perdas esperadas 15.152 Saldo em 31 de dezembro de 2024 22.867 Provisão para perdas esperadas 2.525 Saldo em 31 de dezembro de 2025 25.391 6. Estoques Descrição 2025 2024 Produtos acabados 9.300 9.154 Matéria-prima 39.884 35.238 Material de embalagem 12.829 13.050 Mercadoria para Revenda 5.233 5.349 Uso ou Consumo - manutenção 3.296 2.655 Outros estoques 6.243 5.150 Subtotal 76.785 70.596 (i) Provisão para perdas (*) (1.341) (2.723) Total 75.444 67.873 (*) A provisão para perdas em estoque em 2025 foi de R\$ 1.341 em 2024 foi de R\$ 2.723 e foi reconhecida para reduzir o valor aplicado aos estoques conforme apurado no inventário físico de acordo com a política estabelecida pela Companhia. Devido ao controle maior dos estoques e aos inventários físicos recorrentes, a provisão para perdas vem reduzindo ao longo dos anos, sendo realizada conforme apurado no inventário físico anual. A movimentação da provisão para perdas com estoques é como segue: Saldo em 31 de dezembro de 2023 (4.645) Provisão para perdas esperadas 1.922 Saldo em 31 de dezembro de 2024 (2.723) Provisão para perdas esperadas 1.382 Saldo em 31 de dezembro de 2025 (1.341) 7. Impostos e contribuições a recuperar Descrição 2025 2024 IRRF Compensar OU Restituir 849 1.468 IPI a Recuperar 171 490 PIS a Recuperar 217 162 Confins a Recuperar 961 653 Outros impostos e contribuições a recuperar 37 291 Total 2.235 3.064 a) Tributos diferidos Descrição 2025 2024 Crédito fiscal diferido Agio goodwill (34%) (i) 72.238 72.238 Total 72.238 72.238 (i) As regras do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) 15, que tratam de operações de combinação de negócios, determinam que a entidade que adquirir o controle de um determinado negócio deverá determinar o valor da mais ou menos-valia de ativos identificados e passivos assumidos, bem como o ágio por rentabilidade futura (goodwill) ou ganho proveniente por compra vantajosa (GPCV). Portanto, em razão da incorporação reversa ocorrida em dezembro de 2021, entre a Companhia e, sua então controladora, Boltzmann Empreendimentos e Participações S.A, houve o aproveitamento do ágio de goodwill e da mais-valia, conforme artigo do artigo 22 da Lei nº 12.973/2014. Assim, a Companhia passou a ser beneficiada pela dedutibilidade fiscal da amortização do ágio. A Administração da Companhia preparou estudo sobre a recuperabilidade dos ativos fiscais diferidos, e com base neste estudo, acredita que os montantes reconhecidos são recuperáveis dentro de um futuro provável. Desta maneira, nenhuma estimativa de perdas foi constituída nas demonstrações contábeis para os tributos diferidos reconhecidos no processo de incorporação reversa.

1. Contexto operacional - O Laboratório Globo S.A. (Companhia ou Laboratório) é uma sociedade anônima fechada sediada em São José da Lapa - MG. Foi fundada em 1954, mantendo-se em atividade os dias atuais. A Companhia atua na indústria e no comércio atacadista de produtos farmacêuticos. A Companhia conta com uma fábrica de 41.000 m² de área construída, com Certificado de Boas Práticas de Fabricação, concedido pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) ao laboratório atendendo o atendimento aos requisitos mínimos da Resolução RDC nº 301, de 21 de agosto de 2019. Nossas vendas são orientadas para distribuidores regionais, que revendem os medicamentos às redes de farmácias, responsáveis por cerca de 95% da nossa receita. Em agosto de 2021, a empresa Laboratório Globo Ltda. foi transformada em Laboratório Globo S.A. e posteriormente vendida em 100% das ações para a empresa Boltzmann Empreendimentos e Participações S.A. (Boltzmann). Em dezembro de 2021 houve a incorporação reversa da Boltzmann pelo Laboratório Globo, passando as ações da Boltzmann integradas às ações do Laboratório Globo, ficando os acionistas da Boltzmann, (i) Baraúna IV Fundo de Investimento em Participações - Multiestratégia - detentor de 70% das ações e (ii) Horizonte I Fundo de Investimento em Participações - Multiestratégia - detentor de 30% das ações, somando na totalidade de 100% das ações do Laboratório Globo S.A. O Laboratório Globo S.A. de nome fantasia Globo Pharma, conta com um portfólio de mais de 150 apresentações produzidas e distribuídas, e cerca de 70 apresentações de genéricos. A Companhia oferece diversos tipos de produtos, classificados em alimentos, balas, cosméticos e produtos para a saúde, medicamentos e suplementos alimentares, com capacidade de produção para até 130 milhões de unidades por ano de medicamentos sólidos, semissólidos e líquidos. 2. Apresentação das demonstrações contábeis - 2.1. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis - a) Declaração de conformidade - As demonstrações contábeis da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com observância às disposições contidas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A administração avaliou a capacidade da Companhia de continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade. As demonstrações contábeis, incluindo as notas explicativas, são de responsabilidade da Administração da Companhia, cuja autorização para sua conclusão foi dada em 30 de março de 2026. b) Mensuração de valor - As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma em nota explicativa. c) Moeda funcional e moeda de apresentação - Estas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional pelas taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ganhos ou perdas cambiais originadas da conversão de moeda estrangeira são reconhecidos no resultado. Todas as informações financeiras foram apresentadas em milhares de reais, arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma em nota explicativa. d) Uso de estimativas e julgamentos - A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas do CPC requer o uso de certas estimativas contábeis e, também, o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das práticas contábeis. As demonstrações contábeis da Companhia incluem estimativas referentes às provisões necessárias para passivos, estimativa de vida útil para o ativo imobilizado e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas. O processo de elaboração das demonstrações contábeis envolve a utilização de estimativas. A determinação dessas estimativas leva em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros e outros fatores objetivos e subjetivos. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: • Vida útil de ativos de longa duração; • Teste de redução do valor recuperável de ativos; • Realização, obsolescência de estoques; • Análise do risco de crédito para determinação das perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa; e • Imposto de renda diferido ativo sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, assim como da análise dos riscos para determinação de provisões, inclusive para contingências advindas de processos administrativos e judiciais e demais ativos e passivos na data do balanço. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido às imprecisões inerentes ao processo de estimativa. Essas estimativas e premissas são revisadas periodicamente. 3. Políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas - As principais políticas contábeis adotadas pela Companhia nestas demonstrações contábeis estão descritas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma em nota explicativa. a) Instrumentos financeiros - Ativos financeiros - Os instrumentos financeiros são inicialmente registrados ao seu valor justo, acrescido, no caso de ativo financeiro ou passivo fi-

nanceiro que não seja pelo valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativo financeiro ou passivo financeiro. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com a classificação dos instrumentos financeiros nas seguintes categorias: (i) custo amortizado; (ii) valor justo por meio do resultado e (iii) valor justo por meio do resultado abrangente. Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito líquido de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito líquido não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da Companhia ou da contraparte. b) Caixa e equivalentes de caixa - Compreendem os saldos de dinheiro em caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras. As aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do encerramento do balanço patrimonial e são de liquidez imediata. Para que um investimento financeiro seja qualificado como equivalente de caixa, precisa ter convertibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeito a um risco insignificante de mudança de valor. Portanto, um investimento normalmente qualifica-se como "equivalente de caixa" somente quando tem vencimento original de curto prazo, de três meses ou menos da data da aquisição. O cálculo do valor justo das aplicações financeiras, quando aplicável, é efetuado levando em consideração as cotações de mercado ou as informações de mercado que possibilitem tal cálculo. c) Contas a receber de clientes - São registradas e mantidas pelo valor nominal dos títulos decorrentes das vendas de produtos, acrescidos de variações cambiais, quando aplicável. As perdas esperadas com crédito de liquidação duvidosa (PECLD) são constituídas com base em análise individual dos valores a receber, considerando: (i) o conceito de perda incorrida e perda esperada, levando em conta eventos de inadimplência que tem probabilidade de ocorrência nos doze meses após a data de divulgação das referidas demonstrações contábeis; (ii) Instrumentos financeiros que tiveram aumento significativo no risco de crédito, não apresentam evidência objetiva de impairment; e; (iii) pagamentos financeiros que já apresentam evidência objetiva de impairment em 31 de dezembro de 2025. As PECLD foram constituídas em montante considerado pela Administração necessário e suficiente para cobrir prováveis perdas na realização desses créditos, os quais podem ser modificados em virtude da recuperação de créditos junto a clientes devedores ou mudança na situação financeira de clientes. O ajuste a valor presente do saldo de contas a receber de clientes não é relevante devido ao curto prazo de sua realização. d) Instrumentos derivativos - Os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que são contratados e são subsequentemente mensurados ao seu valor justo com as variações de ganho ou perda são registradas no resultado financeiro. e) Estoques - Registrados pelo custo médio de aquisição e/ou fabricação, ajustados ao valor de realização, quando aplicável. O custo é determinado pelo método da média ponderada móvel. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e as respectivas despesas diretas de produção (com base na capacidade operacional normal). A provisão para perdas e obsolescência é constituída para os itens de estoque sem expectativa de movimentação ou realização por valor inferior ao custo acrescido das despesas para vender. f) Imobilizado - f.1) Reconhecimento e mensuração - Terrenos e edificações compreendem, principalmente, fábricas e escritórios. Conforme faculdade estabelecida pelo CPC 27, a Companhia optou, na adoção inicial dos CPCs, pela atribuição de custo para terrenos, edificações, máquinas e instalações industriais. Os itens adquiridos após a data de transição são registrados pelo custo de aquisição, formação ou construção. A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil estimada do ativo, às taxas descritas na Nota Explicativa nº 8. Os gastos incorridos que aumentam o valor ou estendem a vida útil estimada dos bens são incorporados ao seu custo; gastos relativos à manutenção e reparos são lançados para resultado quando incorridos. Quaisquer ganhos ou perdas na alienação de um item de imobilizado são reconhecidos no resultado do exercício. f.2) Custos subsequentes - Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que for provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos. f.3) Depreciação - Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Terrenos não são depreciados. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo entra em operação. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada encerramento de exercício financeiro, e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. g) Direito de uso e passivo de arrendamento - A Companhia reconhece o ativo referente ao direito de uso e o passivo correspondente ao arrendamento na data de início de um contrato que é, ou contém um arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, o qual inclui o valor inicial do passivo de arrendamento ajustado por qualquer pagamento de arrendamento feito no momento, ou antes da data de início. O ativo é subse-

quentemente depreciado de forma linear durante o período contratual ou até o final da vida útil do ativo. A Companhia não reconhece os ativos de direito de uso e passivos de arrendamentos com um período inferior a 12 meses e/ou para arrendamentos de baixo valor. Os pagamentos associados a esses contratos são reconhecidos como uma despesa em base linear durante o prazo contratual. O passivo de arrendamento é inicialmente mensurado pelo valor presente dos pagamentos de arrendamento, descontados utilizando a taxa de juros implícita do arrendamento ou, caso essa taxa não possa ser imediatamente determinada, com base na taxa incremental de captação da Companhia. Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem: (i) pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos em essência; (ii) pagamentos variáveis de arrendamento que dependam de um índice ou taxa; e (iii) preço for provável o exercício da opção contratual e estiver no controle da Companhia. O passivo de arrendamento é mensurado ao custo amortizado pelo método de juros efetivo e é remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de uma mudança em um índice ou taxa. Quando o passivo de arrendamento é remensurado, o ajuste correspondente é feito no valor contábil do ativo do contrato de arrendamento ou é reconhecido diretamente no resultado do exercício se o valor contábil do ativo já tiver sido reduzido a zero. h) Intangível - Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável. i) Redução ao valor recuperável de ativos - impairment - O saldo de imobilizado, intangível e outros ativos são revisados anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda nestes ativos. Na estimativa do valor recuperável dos ativos, os fluxos de caixa futuros das unidades geradoras de caixa são estimados com base nas projeções orçamentárias pelo período de 05 anos para os quais a Companhia espera os benefícios futuros deste ativo e critérios de perpetuidade baseados na inflação futura, descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto que reflita as avaliações de mercado atuais do valor temporal do dinheiro e riscos específicos inerentes ao ativo e a Companhia, através de seu custo médio de capital. Quando houver perda identificada, ela é reconhecida no resultado do período pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa o valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. j) Empréstimos e financiamentos - Os empréstimos e financiamentos são inicialmente reconhecidos pelo valor justo, líquido dos custos incorridos da transação e subsequente demonstrado pelo custo amortizado. Os custos de empréstimos atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis, os quais devem, necessariamente, um período substancial para ficarem prontos para uso ou venda pretendida, são acrescentados ao custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso ou a venda pretendida. Todos os demais custos com empréstimos são reconhecidos em "despesas financeiras" no resultado do exercício em que são incorridos. As despesas com juros são reconhecidas com base no método de taxa de juros efetiva ao longo do prazo do empréstimo ou financiamento, de tal forma que na data do vencimento o saldo contábil corresponda ao valor devido. Os empréstimos e financiamentos com vencimento até o encerramento do próximo exercício social estão classificados no passivo circulante, e os com prazos superiores no passivo não circulante. k) Fornecedores - As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente. Todas as operações de importa-

Table with columns: Descrição, Taxa, Custo, Depreciação acumulada, Líquido, 2025, 2024. Includes rows for Terrenos, Veículos, Máquinas e equipamentos.

Este documento foi assinado digitalmente por Ediminas S A Editora Grafica Industrial De Minas. Para verificar as assinaturas vá ao site http://assinaturas.certisign.com.br e utilize o código 5241-4B05-C242-A317.



Table with columns: Descrição, Taxa, Custo, Depreciação acumulada, Líquido, Custo, Depreciação acumulada, Líquido. Rows include Móveis e utensílios, Instalações, Equipamentos de comunicação, etc.

Table with columns: Descrição, 31/12/2023, Aquisições, Baixas, Transferências, 31/12/2024, Aquisições, Baixas, Transferências, 31/12/2025. Rows include Terrenos, Veículos, Máquinas e equipamentos, etc.

(i) Em razão da conclusão de alguns projetos, a Companhia atendeu os itens abaixo e imediatamente iniciou a depreciação dos mesmos em suas respectivas contas.

Table with columns: Projeto, Total. Rows include Plano Diretor (Ampliação Fábrica) - Prédio Sede Próprio, Máquina Romac - Finalização - Máquinas e Equipamentos, etc.

Table with columns: Descrição, 2023, Adições, Baixas, 2024, Adições, Baixas, 2025. Rows include Veículos, Máquinas e equipamentos, Móveis e utensílios, etc.

Em 2024 e 2025 a Companhia concluiu que não existem evidências claras de que os ativos da Companhia estão avaliados por valor não recuperável por suas atuais atividades, uma vez que não houve descontinuidade de novo negócio, perdas provenientes de fenômenos naturais ou demais premissas previstas na norma. Portanto, a Administração entende que não há necessidade de a Companhia efetuar qualquer provisão para redução do valor recuperável do ativo permanente, para que esteja de acordo com o Pronunciamento CPC 01.9. Intangível - a) Composição do saldo

Table with columns: Descrição, Taxa, Custo, Amortização acumulada, Líquido, Custo, Amortização acumulada, Líquido. Rows include Direito Uso Software, Marcas e patentes, Pesquisa e desenvolvimento, etc.

Table with columns: Descrição, 2023, Aquisições, Baixas, Transferências, 2025. Rows include Direito uso software, Marcas e patentes, Pesquisa e desenvolvimento (iii), etc.

de conclusão meados de 2025. Após sua conclusão, os custos serão absorvidos na conta de Direito uso software, e terá início a amortização conforme o prazo do contrato. 10. Direito de uso e arrendamento a pagar - Em setembro de 2022 a Companhia fez um arrendamento de servidores de dados para suportar suas operações no âmbito tecnológico. O prazo do arrendamento foi de 36 meses e a taxa de desconto utilizada de 11,99% a.a. a. Custo líquido

Table with columns: Descrição, 2023, Adições, Baixas, 2024, Adições, Baixas, 2025. Rows include Custo aquisição, Depreciação acumulada, Em 31 de dezembro de 2024, etc.

Table with columns: Descrição, 2023, Pagamento juros, Pagamento principal, 2024, Pagamento juros, Pagamento principal, 2025. Rows include Arrendamentos a pagar, Circulante, Não circulante, etc.

11. Empréstimos e financiamentos - a) Composição por modalidade

Table with columns: Modalidade, Taxa de juros, Vencimento final, Circulante, Não Circulante, Total, etc. Rows include Debêntures - Itaú (i), BB GIRO 339804795 (ii), etc.

(i) No dia 25 de agosto de 2021 foram emitidas 100 mil debêntures com valor unitário de R\$ 1, com a finalidade de viabilizar a aquisição da Companhia. Do valor total, R\$ 75.000 foram para pagamento da aquisição e R\$ 25.000 para o caixa da Companhia. Sobre o valor nominal unitário ou o saldo do valor nominal unitário das debêntures incidiram juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias do Depósito Interfinanceiro (DI) de um dia, expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentas e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, no informativo diário disponível em sua página na Internet (http://www.b3.com.br) (Taxa DI), acrescida exponencialmente de sobre taxa (spread) de 3,00% (três por cento) ao ano, base 252 (duzentas e cinquenta e dois) dias úteis até 24 de fevereiro de 2024 (inclusive) e 4,5% (quatro vírgula cinco por cento) ao ano base 252 (duzentas e cinquenta e dois) dias úteis a partir de 24 de fevereiro de 2024 (exclusive) até a Data de Vencimento. Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de eventual vencimento antecipado das obrigações decorrentes das debêntures, resgate antecipado facultativo, nos termos previstos na escritura de emissão da debênture, a remuneração será paga semestralmente, a partir da data de emissão. Em 30 de janeiro de 2025, houve a Assembleia Geral de Debenturistas que deliberaram as seguintes ordens: • A realização de pagamento a título de amortização extraordinária das debêntures no valor de R\$ 15.000, acrescido da Remuneração Incorrida e não paga; • A alteração de determinados termos e condições da 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis

em Garantia e Outras Avenças", a ser celebrado entre a Companhia e a Vórt Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. na qualidade de agente fiduciário representante da comunidade de debenturistas (Agente Fiduciário), para garantir as obrigações oriundas das Debêntures da Primeira Série assumidas no âmbito da Escritura de Emissão, cuja minuta foi disponibilizada aos acionistas nesta assembleia ("Cessão Fiduciária" e "Contrato de Cessão Fiduciária", respectivamente). • A autorização para a prática de todos os atos necessários e a adoção de todas as providências necessárias pelos Diretores da Companhia para a efetivação da Repactuação das Debêntures, a constituição da Cessão Fiduciária aprovada acima, incluindo, a celebração do Aditamento à Escritura de Emissão, do aditamento ao Contrato de Garantia e do Contrato de Cessão Fiduciária e demais documentos e aditamentos necessários à implementação da Repactuação das Debêntures e a constituição da Cessão Fiduciária; • A ratificação de todos os atos relativos às matérias dos itens acima que tenham sido praticados anteriormente pela Diretoria e/ou demais representantes da Companhia para fins da implementação da Repactuação das Debêntures e a constituição da Cessão Fiduciária; • A não declaração de vencimento antecipado das Debêntures em decorrência do eventual descumprimento da obrigação não pecuniária constante do Índice Financeiro referente ao exercício financeiro encerrado em 31 de dezembro de 2024, exclusivamente, nos termos do item (i), (1) da Cláusula 6.1.1.2, "Weaver" da Escritura de Emissão ("Weaver do Índice Financeiro de 2024"). Sobre a alteração das séries das debêntures, inicialmente, a Emissão foi realizada em série única, sendo que a partir da data do desdobramento das séries, a emissão é realizada em 2 (duas) séries, sendo a primeira série composta por 100.000 (cem mil) Debêntures e a segunda série composta por 100.000 (cem mil) debêntures. Observado o disposto na escritura de emissão, as debêntures da primeira série vencerão em 31 de dezembro de 2027 e as debêntures da segunda série vencerão em 31 de dezembro de 2028. Na data de emissão, as debêntures tinham Valor Nominal Unitário de R\$ 1 (um mil reais). Em razão das amortizações realizadas entre a data de emissão e 31 de janeiro de 2025, em 31 de janeiro de 2025, as Debêntures tinham o valor nominal unitário de R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais). Em 31 de janeiro de 2025 foi realizado o desdobramento das Debêntures em duas séries, de forma que o Valor Nominal Unitário das debêntures passará a ser o seguinte: • Após o desdobramento das Séries, na Data do Desdobramento das Séries, as Debêntures da Primeira Série passarão a ter o valor nominal unitário de R\$ 100,00 (cem reais); • Após o desdobramento das Séries, na Data do Desdobramento das Séries, as Debêntures da Segunda Série passarão a ter o valor nominal unitário de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais). O cronograma de pagamento ficou da seguinte forma:

Table with columns: Parcela, Data de amortização, Valor a ser amortizado, Percentual amortizado, Valor amortizado, Percentual amortizado. Rows include 01/02/2025, 01/02/2026, etc.

Table with columns: Parcela, Data de amortização, Valor a ser amortizado, Percentual amortizado, Valor amortizado, Percentual amortizado. Rows include 01/02/2025, 01/02/2026, etc.

Table with columns: Parcela, Data de amortização, Valor a ser amortizado, Percentual amortizado, Valor amortizado, Percentual amortizado. Rows include 01/02/2025, 01/02/2026, etc.

Sob as garantias das presentes debêntures, a Companhia se submete sob os seguintes aspectos: • Alienação Fiduciária de Ativos da Emissora: Em garantia do fiel, pontual e integral cumprimento de todas e quaisquer obrigações pecuniárias, principais ou acessórias, presentes ou futuras, assumidas pela Emissora no âmbito da presente Emissão, incluindo o pagamento do Valor Nominal Unitário da remuneração, dos encargos moratórios e dos demais encargos relativos às Debêntures, relativos a esta Escritura de Emissão, os contratos de garantia e aos demais documentos da Emissão, bem como eventuais indenizações, todo e qualquer custo ou despesa comprovadamente incorrido pelo Agente Fiduciário e/ou pelos Debenturistas, em decorrência de processos, procedimentos e/ou outras medidas judiciais ou extrajudiciais necessárias à salvaguarda de seus direitos e prerrogativas decorrentes das Debêntures, desta Escritura de Emissão e/ou dos Contratos de Garantia, os fiadores deverão alienar fiduciariamente em garantia, em caráter irrevogável e irretratável, nos termos do artigo 66-B da Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965, conforme alterada, e do artigo 1.361 e seguintes da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada, em favor dos Debenturistas, representados pelo agente fiduciário, 100% (cem por cento) das ações da Emissora, presentes e futuras, detidas e que venham a ser detidas pelos fiadores no capital so-

cial da Emissora, respectivos frutos, rendimentos e vantagens que forem a elas atribuídos, a qualquer título, inclusive lucros, dividendos, juros sobre o capital próprio e todos os demais valores que de qualquer outra forma vierem a ser distribuídos pela Emissora, direitos de subscrição, debêntures conversíveis, certificados, opções de compra, e quaisquer outros títulos representativos, ou que possam no futuro representar, direitos sobre o capital social da Emissora, nos termos do Contrato de Alienação Fiduciária. • Cessão Fiduciária de Recebíveis da Emissora: Em garantia do fiel, e integral cumprimento de todas e quaisquer obrigações decorrentes relativas às Debêntures da primeira série, a Emissora deverá ceder fiduciariamente em garantia, em caráter irrevogável e irretratável, nos termos do artigo 66-B da Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965, conforme alterada, e do artigo 1.361 e seguintes Código Civil, em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, todos e quaisquer valores, direitos creditórios, recebíveis e rendimentos de titularidade da Emissora relacionados a determinados boletos, créditos e contratos de prestação de serviços, no âmbito das suas operações, bem como os valores depositados ou que vierem a ser depositados na conta bancária nº 36751-4, agência nº 0869, mantida no Banco Itaú Unibanco S.A. de titularidade da Emissora, nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária. Em 31/12/2023 a Companhia manteve o valor de R\$ 10.161 em duplicatas junto ao Banco Itaú Unibanco S.A. Garantias Fidejussórias: O Fundo Baraúna e o Fundo Horizonte, detentores de 70% (setenta por cento) e 30% (trinta por cento) respectivamente das ações da Companhia, se obrigam em caráter irrevogável e irretratável, perante os Debenturistas, como fiadores e principais pagadores do valor das Obrigações Garantidas relativas às Debêntures da Segunda Série, sujeito aos valores limites previstos abaixo, conforme aplicável, renunciando expressamente aos benefícios de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza, sendo a responsabilidade do Fundo Baraúna limitada ao valor de R\$ 17.500 e do Fundo Horizonte limitada a R\$ 7.500. Não haverá solidariedade entre o Fundo Baraúna e o Fundo Horizonte no que se refere às obrigações assumidas sob as Finanças. Sobre os convênios existentes na Escritura de Emissão das debêntures, constituem Eventos de Vencimento Antecipado que acarretam o vencimento não automático, das obrigações decorrentes da Escritura de Emissão: • Inadimplemento, pela Companhia e/ou pelos Fiadores, no prazo e na forma previstos na Escritura de Emissão; • Cisão, fusão, incorporação, incorporação de ações ou qualquer forma de reorganização societária envolvendo a Companhia, exceto se previamente autorizado por Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação, em primeira ou segunda convocação; • Redução de capital social da Companhia exceto se previamente aprovada por Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação; • Alteração ou transferência de controle acionário ou alteração do gestor dos Fundos, para outras entidades que não a Baraúna Gestora, para o Fundo Baraúna, ou a Paraty ou Horizonte Capital Gestão de Investimentos Ltda., para o Fundo Horizonte; • Alteração do objeto social da Companhia; • Não obtenção, não renovação, cancelamento, revogação, extinção ou suspensão das autorizações, concessões, alvarás e/ou licenças exigidas para as atividades da Companhia e dos Fiadores; • Inadimplemento, pelos Fiadores ou pela Companhia, de qualquer obrigação pecuniária em valor, individual ou agregado, igual ou superior a R\$ 5.000; • Protesto de títulos contra os Fiadores ou contra a Companhia, em valor, individual ou agregado, igual ou superior a R\$ 5.000; • Descumprimento, pela Companhia e/ou por qualquer dos Fiadores, de qualquer decisão judicial, administrativa ou arbitral, em valor, individual ou agregado, igual ou superior a R\$ 5.000; • Constituição involuntária de Ônus sobre qualquer dos bens e direitos dados em garantia nos termos do Contrato de Garantia; • Cessão, venda, alienação e/ou qualquer forma de transferência, pela Companhia, por qualquer meio, de forma gratuita ou onerosa, de ativos em valor, individual ou agregado, igual ou superior a 10% (dez por cento) do ativo total da respectiva entidade, conforme últimas demonstrações contábeis disponíveis; • Não observância, pela Companhia, dos índices financeiros abaixo, a serem apurados por auditor independente registrado no CVM, anualmente, e verificados pelo Agente Fiduciário, tendo por base as demonstrações contábeis da Companhia, a partir, das demonstrações contábeis da Companhia relativas a 31 de dezembro de 2025; • Dívida Líquida (EBITDA) menor ou igual a 4,5x, com relação ao exercício financeiro encerrado em 31 de dezembro de 2026; 3,0x, com relação aos exercícios financeiros encerrados em 31 de dezembro de 2027 (inclusive) e seguintes. Nesse caso, não estará caracterizado o Evento de Inadimplemento e os Índices Financeiros para a referida Data de Apuração de Índices Financeiros serão considerados cumpridos para fins desta Escritura de Emissão, independentemente de deliberação em Assembleia Geral de Debenturistas (mas sem prejuízo da aplicabilidade das restrições à realização dos pagamentos a acionistas previstos, até que a Emissora demonstre que os Índices Financeiros estão sendo observados, na próxima medição anual); • Dívida Bruta Máxima: menor ou igual a R\$ 140,000 (cento e quarenta milhões), com relação ao exercício financeiro encerrado em 31 de dezembro de 2025. Para o exercício de 2025 a Companhia cumpriu este convênio, tendo uma dívida bruta calculada em R\$ 136.364 (cento e trinta e seis milhões, trezentos e sessenta e quatro mil). • Para o exercício de 2024, o índice financeiro da Dívida Líquida/EBITDA tinha que ser menor ou igual a 4,5x. Com o resultado do cálculo dos índices financeiros mencionados acima para o exercício de 2024, ocorreu a quebra do convênio, o que não cumprimento da obrigação 6.1.1.2. - Itens IX e XXII do Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures referente à violação do Índice Financeiro, que consequentemente poderia ocorrer possível antecipação das dívidas, e o saldo de empréstimos e financiamentos que possuem convênios deveriam ser reclassificados do passivo não circulante para o passivo circulante. A diferença do índice financeiro entre os anos foi registrado na Ata da Assembleia Geral de Debenturistas da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária com Garantia Fidejussória e Garantia Real Adicional, em 2 (Duas) Séries, para Distribuição Pública, com Estorços Restritos de Distribuição, do Laboratório Globo S.A., realizada em 18 de dezembro de 2025. • A Cia obtive em 30 de janeiro de 2025, conforme a Ata da Assembleia Geral de Debenturistas a autorização para o descumprimento das obrigações previstas na Cláusula 6.1.1.2, itens "ix" e "xxii", para a apuração realizada em 31 de dezembro de 2024. (ii) O contrato 339804795 foi negociado em março de 2025; dessa forma, passa a vigorar o contrato nº 2287174-8. Para garantia e cumprimento do efetivo pagamento de todas as obrigações assumidas neste instrumento (principal, juros, correção monetária e demais obrigações legais e convencionais), cedemos e transferimos fiduciariamente ao BANCO DO BRASIL S.A., em caráter irrevogável e irretratável, por esta e na melhor forma de direito, nos termos do artigo 66-B da Lei nº 4.728/65 e da Lei nº 13.775/2018, a modo por solvente e sob condição resolutiva, os direitos creditórios de nossa titularidade constituídos ou a constituir, representados por duplicatas físicas, eletrônicas ou escriturais de vendas mercantis ou de prestação de serviços decorrentes de vendas ou serviços por mim realizados, vencíveis a prazo em até 180 dias, registradas em cobrança, desde que esse prazo não exceda o vencimento final deste Instrumento, que cubram, no valor mínimo de R\$ 12.000,000,00 (doze milhões de reais). As duplicatas cedidas fiduciariamente serão entregues ao BANCO DO BRASIL S.A. acompanhadas de bordereu físico ou eletrônico, e devidamente endossadas, de forma a assegurar o exercício de todos os direitos nela representados, conforme artigo 1.459 do Código Civil, facultado ao BANCO DO BRASIL S.A. selecionar e aceitar as duplicatas que servirão de base para o cálculo da porcentagem da garantia, entendido que nos obrigamos a substituí-las por outras de valor igual ou superior, se não liquidadas no vencimento. (iii) A presente cédula de crédito, assinada em 16 de novembro de 2022, sob o nº 7080, tem como garantia a cessão fiduciária de títulos conforme cédula de crédito, bem como a garantia complementar o âmbito do Programa Emergencial de Acesso a Crédito (PEAC), com o provimento de recursos do Fundo Garantidor para Investimentos (FGI), administrado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), nas formas e condições previstas no estatuto do FGI (registrado sob o nº 926.590, no 3º Ofício de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro) e no Regulamento de Operações para outorga de garantia no âmbito do Programa Emergencial de Acesso a Crédito (PEAC), e ser registrado no Registro de Títulos e Documentos, e demais normativos do FGI PEAC; (xiii) Para garantir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Companhia na cédula de crédito nº 10342573 assinado em 09 de março de 2023 Companhia cede e transfere fiduciariamente em garantia ao Banco Votantim S.A. em caráter irrevogável e irretratável, a garantia de títulos de créditos. A presente operação possui garantia complementar no âmbito do Programa Emergencial de Acesso a Crédito (PEAC), com o provimento de recursos do Fundo Garantidor para Investimentos - FGI, administrado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), nas formas e condições previstas no Estatuto do FGI (registrado sob o nº 926.590, no 3º Ofício de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro) e no Regulamento de Operações para outorga de garantia no âmbito do Programa Emergencial de Acesso a Crédito (PEAC), e ser registrado no Registro de Títulos e Documentos, e demais normativos do FGI PEAC; (xiv) Para garantir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Companhia na cédula de crédito nº 10342573 assinado em 09 de março de 2023 Companhia cede e transfere fiduciariamente em garantia ao Banco Votantim S.A. em caráter irrevogável e irretratável, a garantia de títulos de créditos. A presente operação possui garantia complementar no âmbito do Programa Emergencial de Acesso a Crédito (PEAC), com o provimento de recursos do Fundo Garantidor para Investimentos - FGI, administrado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), nas formas e condições previstas no Estatuto do FGI (registrado sob o nº 926.590, no 3º Ofício de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro) e no Regulamento de Operações para outorga de garantia no âmbito do Programa Emergencial de Acesso a Crédito (PEAC), e ser registrado no Registro de Títulos e Documentos, e demais normativos do FGI PEAC; (xv) Cessão Fiduciária de Duplicatas em valor equivalente a no mínimo 50% (cinquenta por cento) do valor do saldo devedor da EMITENTE, descrita e caracterizada no Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos e Títulos de Crédito nº 1168391, documento este que faz parte integrante e inseparável da presente Cédula de Crédito. Percentual Mínimo da Garantia: 50% (Cinquenta por cento) do Montante Devido. (xvi) A presente CCB é garantida pela Cessão Fiduciária de Duplicatas disponibilizadas pela Companhia, cédula 23733902655, (xvii) Cessão fiduciária de Títulos



e Direitos, que será regido pelos termos e condições mencionadas nos Termos de Cessão Fiduciária vinculados ao Contrato Master de Constituição de Garantias de Cessão Fiduciária de Títulos e Direitos; (xviii) Cessão fiduciária de Títulos e Direitos, que será regido pelos termos e condições mencionadas nos Termos de Cessão Fiduciária vinculados ao Contrato Master de Constituição de Garantias de Cessão Fiduciária de Títulos e Direitos; (xix) Cessão fiduciária de Títulos e Direitos, que será regido pelos termos e condições mencionadas nos Termos de Cessão Fiduciária vinculados ao Contrato Master de Constituição de Garantias de Cessão Fiduciária de Títulos e Direitos. O valor total líquido das duplicatas e dos direitos de crédito representará, no mínimo, 40% (quarenta por cento) do valor principal, encargos e acessórios da(s) obrigação(ões) garantida(s) (Limite mínimo de garantia). (xx) Os custos de transação incorridos na contratação de empréstimos e financiamentos referem-se aos gastos diretamente atribuíveis à obtenção desses instrumentos financeiros, tais como tarifas bancárias, comissões, honorários e demais encargos relacionados à formalização das operações. Em conformidade com as normas aplicáveis, especialmente o CPC 08 (R1) e o CPC 48, esses custos não são reconhecidos imediatamente como despesa, sendo inicialmente registrados como reduções do valor captado. Subsequentemente, os custos de transação são apropriados ao resultado ao longo do prazo das respectivas operações, por meio da aplicação do método da taxa efetiva de juros, refletindo, dessa forma, o custo real da operação financeira. No exercício, a Companhia possui custos de transação vincu-

lados, aos seguintes contratos de empréstimos: • Banco do Brasil - Contrato nº 339804795 - Banco BV - Contrato nº 44893459 - b) Composição por vencimento de passivo não circulante - O montante registrado no passivo não circulante tem a seguinte composição por ano de vencimento:

| Ano de vencimento | 2025 | 2024 |
|-------------------|--------|---------|
| 2026 | 46.339 | 46.339 |
| 2027 | 24.821 | 31.328 |
| 2028 | 31.452 | 26.949 |
| 2029 | 23.193 | 17.281 |
| 2030 | 6.277 | 2.632 |
| 2031 | 5.000 | - |
| 2032 | 4.999 | - |
| Total | 95.742 | 124.529 |

c) Movimentação empréstimos e financiamentos

| | 2025 | 2024 |
|---------------------|----------|-----------|
| Saldo inicial | 173.886 | 216.563 |
| Captação | 19.063 | 69.133 |
| Atualização | 30.180 | 37.021 |
| Pagamento juros | (20.649) | (35.955) |
| Pagamento principal | (77.913) | (112.876) |
| Saldo final | 124.529 | 173.886 |

12. Instrumentos financeiros e derivativos - A Companhia possui uma NDF (Non-Deliverable Forward) em 2025 com o banco ABC Brasil e uma NDF e dois SWAP com o banco Safra. Em 2024 a Companhia possuía duas operações de NDF com o banco ABC Brasil. Os valores principais (valores exposição), prazo e taxas estão descritos na tabela a seguir:

Table with columns: Banco, Principal (exposição), Vencimento, Câmbio Contratado, Indexador, MTM. Rows include ABC, SAFRA, Banco Votorantim for 2025 and 2024.

Table with columns: Descrição, 2025, 2024. Rows include Prejuízo líquido do exercício, Prejuízo por ação básico e diluído em R\$, Ajuste de avaliação patrimonial, Receitas operacionais, Despesas operacionais, etc.

13. Fornecedores

Fornecedores nacionais 15.945 13.312

Fornecedores estrangeiros 7.239 6.332

Saldo final 23.184 19.644

Circulante 23.184 19.582

Não circulante - 62

Os saldos de fornecedores correspondem, principalmente, a contratos de matéria-prima, produtos utilizados no processo produtivo e aquisição de ativo imobilizado. A operação de risco sacado correspondia aos fornecedores que aderiram esta modalidade. A Companhia se beneficiava pelo alongamento dos prazos a pagar quando o fornecedor eventualmente aderiu ao risco sacado. Esta operação era operacionalizada pelo banco Itaú e em 2024 foi finalizada. A Companhia avaliou o ajuste a valor presente das suas operações com fornecedores nas datas dos balanços e concluiu que os valores não geram efeitos relevantes nas demonstrações contábeis. 14. Obrigações tributárias

2025 2024

ICMS a recolher 750 387

IRRF a recolher 9 16

ICMS subst. tributária 265 328

Retenção de contribuições 17 25

ISSQN a recolher 1 1

IRRF s/ folha 282 262

Total 1.324 1.019

15. Obrigações trabalhistas e sociais - Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 a Companhia apresentava os seguintes saldos de Salários e contribuições sociais:

Table with columns: Descrição, 2025, 2024. Rows include Salários a pagar, Férias, Provisão para pagamentos de bônus e metas, INSS a recolher, Férias FGTS a recolher, INSS a recolher, FGTS a recolher, Empréstimo consignado, Total.

2025 2024

Receita operacional líquida 274.359 191.420

Despesas operacionais 241.750 172.092

Beneficiamento 2.142 3.609

Reverenda 30.433 15.599

Cessão de energia elétrica 34 120

Deduções da receita bruta (81.297) (43.527)

Despesas operacionais 274.359 191.420

Receita operacional líquida 28.726 160.333

20. Custos e despesas operacionais

Table with columns: Descrição, 2025, 2024. Rows include Custos das matérias-primas, materiais e serviços adquiridos, Comissões sobre vendas, Despesa com pessoal, administradores e entidade de previdência privada, Fretes, Outras despesas, Provisões Diversas, Serviços de terceiros, Depreciações e amortizações, Despesas com viagens, Despesas tributárias estaduais, Despesas tributárias federais, Utilidades, Plano de ppções, Despesas Tributárias municipais, Total.

2025 2024

Preço da ação objeto R\$ 2,96

Preço médio de exercício da opção R\$ 8,21

Taxa de juros livre de mercado 10,69%

Taxa de dividendos 0,0%

Volatilidade média esperada 16,5%

Tempo de vida médio dos instrumentos 9,25 anos

Valor justo das opções R\$ 0,549237

Em fevereiro de 2024 houve uma reavaliação na mensuração do valor justo das opções, sendo utilizado o método de Monte Carlo. Assim o valor justo das opções passou a ser R\$ 0,19938. A movimentação do total de instrumentos outorgados e liquidados durante o exercício é como segue:

Table with columns: Opções Exercidas, Não Exercidas. Rows include Saldo em 31 de dezembro de 2023, Opções outorgadas durante o período, Opções exercidas durante o período, Opções não exercidas durante o período, Opções liquidadas/extintas durante o período (1.409), Saldo em 31 de dezembro de 2024, Opções outorgadas durante o período, Opções exercidas durante o período, Opções não exercidas durante o período, Opções liquidadas/extintas durante o período.

Saldo em 31 de dezembro de 2023

Opções outorgadas durante o período

Opções exercidas durante o período

Opções não exercidas durante o período

Opções liquidadas/extintas durante o período (1.409)

Saldo em 31 de dezembro de 2024

Opções outorgadas durante o período

Opções exercidas durante o período

Opções não exercidas durante o período

Opções liquidadas/extintas durante o período

Saldo em 31 de dezembro de 2025

Nas datas dos balanços, a Administração da Companhia revisa as estimativas quanto à quantidade de opções e reconhece, quando aplicável, no resultado do exercício em contrapartida do patrimônio líquido o efeito decorrente da revisão dessas estimativas iniciais. O valor justo para os planos de opções de compra das ações foi calculado na data de outorga de cada plano e com base no modelo de precificação e reavaliado posteriormente. Os efeitos foram refletidos no resultado, na rubrica "Despesas Gerais e Administrativas" e no patrimônio líquido, na rubrica "Reserva de Capital". Durante o exercício de 2024, houve a recompra das opções concedidas, conforme os Termos de Transferência de nº 08 e 09 de 16 de julho de 2024, 11 e 12 de 20 de dezembro de 2024. O total das ações recompradas foram de 128.175 no preço de R\$ 2,96. Essas ações foram disponibilizadas na rubrica de Ações em tesouraria no patrimônio líquido. Em 30 de dezembro de 2025, conforme a Ata de Assembleia Geral Extraordinária, a Companhia optou na revogação do "Plano de Opção de Compra de Ações" instituído pela Assembleia Geral Extraordinária realizada em 20 de março de 2023 sendo que, em decorrência da revogação do Plano de Opção de Compra: • Todos os direitos ainda não exercidos ficam automaticamente extintos, sem que isso gere qualquer alegação de violação ou descumprimento do Plano de Opção de Compra, bem como qualquer direito de pleitear indenização, restituição ou outra forma de compensação, a qualquer título e perante quem for seja; • A Companhia fica integral e ilimitadamente desobrigada de quaisquer obrigações decorrentes do Plano de Opção de Compra revogado. Na ocasião, a Companhia registrou que o único beneficiário do Plano de Opção de Compra cujo direito de opção ainda não havia sido exercido manifestou expressa anuência com a revogação do Plano de Opção de Compra, renunciando, de forma irrevogável e irretirável, a todos e quaisquer direitos d) Reserva de Capital - As reservas de capital são constituídas com valores recebidos pela Companhia e que não transitam pelo resultado, por não se referirem à entrega de bens ou serviços pela Companhia. Em fevereiro de 2024, conforme a Ata de Assembleia Geral Extraordinária, a Companhia aprovou a reatualização dos Boletins de Subscrição aprovados pela Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia realizada em 23 de maio de 2022; e a consolidação dos referidos Boletins de Subscrição, onde realizou a integralização do valor de R\$ 50.000 para utilização em pagamento de dívidas e capital de giro. Em janeiro de 2025, a Companhia, ainda dentro da trancada dos referidos Boletins de Subscrição, realizou e integralizou o valor de R\$ 55.000. O valor foi utilizado para amortização de dívidas com empréstimo e debêntures, além de capital de giro. Em complemento o valor do mútuo de R\$ 15.000 conforme divulgado (nota explicativa 17), foi convertido em integralização de ações em janeiro de 2025, contabilizando no patrimônio líquido em reserva de capital. e) Resultado por ação - O resultado básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações de emissão da Companhia ao longo do exercício, excluindo as ações compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria. O resultado diluído por ação é igual ao lucro básico, uma vez que não há instrumentos dilutivos.

Table with columns: 31/12/2025, 31/12/2024. Rows include Prejuízo líquido do exercício, Prejuízo por ação básico e diluído em R\$.

f) Ajuste de avaliação patrimonial pela incorporação da Boltzmann - A constituição da reserva de reavaliação se deu por conta da incorporação reversa que fizemos da nossa controlada, que incluiu todos os valores das contas patrimoniais subtraindo o montante de 66% sobre o valor do agio de expectativa de rentabilidade futura (goodwill) e valor de mercado de seus ativos (mais-valia). g) Reserva de incentivos fiscais - Em março de 2022 a Companhia foi contemplada com Regime Especial nº 45 000027720 94 de ICMS, concedido pela Secretaria Estadual da Fazenda de Minas Gerais, relativamente ao diferimento do pagamento de ICMS. Também foi conferida a autorização para que a Companhia usufrua de crédito presumido de ICMS nas operações de vendas internas, interestaduais, vendas internas e interestaduais com conteúdo de importação, bem como nas saídas de mercadorias importada submetida a industrialização observada nas particularidades do Regime e de cada operação, conforme detalhamento no ato de concessão. Das regras contábeis, a subvenção não pode ser creditada diretamente no patrimônio líquido, mas sim deve ser reconhecida como receita ao longo do período e confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistemática, desde que atendidas as conforme o item 12 do CPC 07 (R1). Além disso, o item 29 deste mesmo Pronunciamento, ao dispor sobre a apresentação da subvenção na demonstração do resultado, estabelece que a subvenção é, em algumas vezes, apresentada como crédito na demonstração do resultado, que separadamente sob um título geral tal como "outras receitas", quer, alternativamente, como redução da despesa relacionada. Ainda, o Pronunciamento conclui, em seu item 31 que ambos os métodos são aceitos para apresentação das subvenções relacionadas às receitas. É necessária a divulgação da subvenção governamental para a devida compreensão das demonstrações contábeis. Por isso é necessária a divulgação do efeito da subvenção em qualquer item de receita ou despesa quando essa receita ou despesa é divulgada separadamente. Sendo assim, a Companhia reconheceu a receita de subvenção em seu resultado, no montante de R\$ 28.726 (em 2023 R\$ 12.440). Ao apurar o resultado e sua devida transferência para o grupo do Patrimônio Líquido, a Companhia colocou separado em uma conta este valor da subvenção, sendo evidenciado. No que dispõe a Lei nº 14.789/2023 sobre as subvenções decorrentes de implantação ou expansão do empreendimento econômico subvencionado por ente federativo, a Companhia entende que não se enquadra nas exigibilidades desta Lei. A Companhia recebeu o despacho da RFB, indeferindo o pedido de habilitação do crédito da subvenção do ICMS do que trata a Lei nº 14.789/2023, uma vez que a RFB caracteriza a modalidade do RET da Companhia como incentivo fiscal relacionado ao ICMS, concedido pelo Estado Federado em caráter geral e/ou de forma incondicionada, ou seja, não há uma contrapartida decorrente de implantação ou expansão do empreendimento. A modalidade do RET da Companhia é por adesão. A Companhia possui uma Decisão Liminar contra a decisão proferida nos autos do Mandado de Segurança nº 1007715-50.2022.4.06.3800 que subsidia a exclusão da Subvenção do ICMS. 19. Receita operacional líquida

Table with columns: Descrição, 2025, 2024. Rows include Receita operacional bruta, Vendas produtos diversos, Beneficiamento, Reverenda, Cessão de energia elétrica, Deduções da receita bruta, Impostos e taxas sobre vendas, Bonificações e doações, Receitas Incentivos Fiscais, Receita de subvenção de ICMS-MG, Receita operacional líquida, 20. Custos e despesas operacionais.

2025 2024

Custos das matérias-primas, materiais e serviços adquiridos (148.945) (126.167)

Comissões sobre vendas (12.868) (7.023)

Despesa com pessoal, administradores e entidade de previdência privada (13.935) (12.022)

Frete (10.596) (6.050)

Outras despesas (9.639) (6.570)

Provisões Diversas (2.524) (15.152)

Serviços de terceiros (5.919) (6.694)

Depreciações e amortizações (5.966) (5.106)

Despesas com viagens (1.293) (596)

Despesas tributárias estaduais (633) (424)

Despesas tributárias federais (173) (271)

Utilidades (422) (441)

Plano de ppções 265 265

Despesas Tributárias municipais (68) (76)

Total (212.705) (186.602)

2025 2024

Operações continuadas

Custo dos produtos vendidos (154.014) (130.670)

Despesas com vendas (36.639) (34.755)

Despesas gerais e administrativas (20.792) (20.390)

Despesas tributárias (1.260) (787)

Total (212.705) (186.602)

21. Outras receitas e despesas operacionais

Table with columns: Descrição, 2025, 2024. Rows include Outras receitas operacionais, Outras despesas operacionais, Recuperação de crédito tributário (I), Perdas Efetivas, Royalties sobre vendas, Ganho / Perda de Capital, Receita operacional líquida.

2025 2024

Outras receitas operacionais 39 156

Recuperação de crédito tributário (I) 85 5.520

Perdas Efetivas (13) (1.230)

Royalties sobre vendas (394) (2.333)

Ganho / Perda de Capital - 1.720

Receita operacional líquida 17 5.933

(I) A Companhia realizou uma revisão fiscal para restituição de créditos tributários. Com suporte de uma consultoria especializada, entendeu que poderia realizar a restituição do tributo IPI sobre aquisições de Atacadistas não contribuintes. A legislação do IPI, através do artigo 227, do RIPI - Decreto nº 7.212/2010, autoriza o crédito do imposto nas aquisições originadas de atacadistas não contribuintes, destinados a industriais e equiparados. Portanto, conforme o artigo exposto, o valor a ser creditado corresponderia à aplicação de alíquota a valor que estiver sujeito o produto, sobre a quantidade por cento (50%) do seu valor, constante da respectiva nota fiscal. Também realizou o entendimento da restituição de crédito fiscal sob o PIS e COFINS sobre insumos, onde, através da Instrução Normativa RFB nº 2121, de 15 de dezembro de 2022, em seu artigo 191, mostra que compõem a base de cálculo dos créditos a descontar da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS, no regime de apuração não cumulativa, os valores dos custos e despesas incorridos no mês relativos a energia elétrica e energia térmica, inclusive sob a forma de vapor, consumida nos estabelecimentos da pessoa jurídica. Em seu artigo 176, consideram-se insumos, os bens ou serviços considerados essenciais e relevantes para o processo de produção ou fabricação de bens destinados à venda ou de prestação de serviços. 22. Resultado financeiro líquido

Table with columns: Descrição, 2025, 2024. Rows include Outras receitas operacionais, Outras despesas operacionais, Recuperação de crédito tributário (I), Perdas Efetivas, Royalties sobre vendas, Ganho / Perda de Capital, Receita operacional líquida.

Table with columns: Descrição, 2025, 2024. Rows include Outras receitas operacionais, Outras despesas operacionais, Recuperação de crédito tributário (I), Perdas Efetivas, Royalties sobre vendas, Ganho / Perda de Capital, Receita operacional líquida.

Table with columns: Descrição, 2025, 2024. Rows include Outras receitas operacionais, Outras despesas operacionais, Recuperação de crédito tributário (I), Perdas Efetivas, Royalties sobre vendas, Ganho / Perda de Capital, Receita operacional líquida.

h) Gerenciamento do capital - A política da Administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, do credor e do mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. Para tanto, a Administração monitora a relação da dívida líquida em relação ao patrimônio líquido total. A Administração procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis mais adequados de financiamento e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável. A dívida da Companhia para relação ajustada do capital ao final do exercício é apresentada a seguir:

Table with columns: 2025, 2024. Rows include Descrição, Resultado antes dos impostos de renda e contribuição social.

2025 2024

Adições

Provisão devedores duvidosos 2.524 15.152

Ajuste estoque - 1.463

Royalties de vendas 394 233

Outras despesas não dedutíveis 11.101 138

Exclusões

Receita de Subvenção RET ICMS-MG (28.724) (12.440)

Depreciação-Mais-Valia-Goodwill (32.988) (33.004)

Base de cálculo tributável (66.517) (79.353)

Crédito Fiscal Diferido - Parte B (LALUR / LACS) 22.616 26.980

A apuração de impostos da Companhia é dada pelo regime de estimativa mensal. Em 2025 a Companhia apurou um prejuízo fiscal de R\$ 66.518. Para os próximos exercícios, a Companhia não tem projeção de lucro fiscal para comportar todo seu crédito fiscal, sendo assim não constituiu contabilmente a integralidade de seu Crédito Fiscal Diferido no montante de R\$ 22.616 (R\$26.980 em 31 de dezembro de 2024) referente a 34% da Base de Cálculo Tributável, sendo este controlado somente na Parte B do LALUR/LACS. A Companhia realiza o acompanhamento do desempenho de suas atividades e espera-se que nos próximos exercícios, comportar a contabilização de parte ou total do saldo de diferido. 24. Provisões para riscos - A Companhia registra provisões para fazer face aos seus passivos potenciais. Com base nas informações de assessores jurídicos, na análise dessas questões e atendendo à probabilidade de perda de cada ação judicial, foi constituída uma provisão considerada suficiente para fazer face a eventuais perdas, para as quais a saída de caixa seja provável. Contudo, nos anos de 2025 e 2024 não existiram litígios significativos movidos contra a Companhia, que requeassem a apresentação de valores prováveis em suas Demonstrações contábeis. Os saldos de causas com risco possível de perda totalizam R\$ 842 em 2025 (R\$ 677 em 2024). 25. Instrumentos financeiros - a) Considerações gerais - A Administração mantém operações com instrumentos financeiros cujos riscos são administrados por meio de estratégias de posições financeiras e sistemas de limites de exposição. As políticas de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. Todas as operações estão integralmente reconhecidas na contabilidade e ressaltadas aos instrumentos a seguir apresentados por categoria:

Table with columns: Descrição, Notas, 2025, 2024. Rows include Caixa e equivalentes, Contas a receber de clientes, Instrumentos financeiros - derivativos, Depósitos judiciais, Total.

2025 2024

Caixa e equivalentes 4 14.120 38.397

Contas a receber de clientes 5 73.912 62.525

Instrumentos financeiros - derivativos Valor Justo 12 - 302

Depósitos judiciais Custo amortizado - 199 58

Total 88.231 101.282

Passivo, conforme balanço patrimonial

Empréstimos e financiamentos

Partes Relacionadas Custo amortizado 17 - 15.000

Instrumentos financeiros - derivativos Valor Justo 12 155 -

Arrendamentos Custo amortizado 10 110 260

Fornecedores Custo amortizado 13 23.184 19.644

Total 148.036 208.790

b) Fatores de risco que podem afetar os negócios da Administração - Os principais fatores de risco que a Administração está exposta refletem em aspectos estratégico-operacionais e econômico-financeiros. Os riscos estratégico-operacionais (tais como comportamento de demanda, concorrência e mudanças relevantes na estrutura da indústria) são gerenciados pelo modelo de gestão da Administração. A administração dos riscos e a gestão dos instrumentos financeiros são realizadas por meio de políticas, definição de estratégias e implementação de sistemas de controle visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. A Administração possui uma política conservadora de gestão dos recursos, instrumentos e riscos financeiros cujo principal objetivo é preservar

Table with columns: Descrição, Fluxo de caixa, Até o ano, Acima de um ano. Rows include Caixa e equivalentes de caixa, Contas a receber de clientes, Total, Passivos, Empréstimos e financiamentos, Fornecedores, Total.

f) Risco de mercado - Por meio de suas atividades, a Companhia fica exposta principalmente a riscos financeiros decorrentes de mudanças nas taxas de câmbio e nas taxas de juros. g) Risco de taxa de juros - O risco associado é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. A exposição das taxas de juros está resumizada na nota de sensibilidade a seguir. h) Risco de taxa de câmbio - O risco associado decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de câmbio, que reduzam valores nominais faturados ou aumentem valores captados no mercado. A exposição cambial líquida da Companhia, vinculadas, substancialmente ao dólar norte-americano e ao euro, é assim demonstrada:

Table with columns: Em dólares americanos (USD mil), Em euro (EUR mil), 2025, 2024. Rows include Fornecedores mercado externo, Instrumentos derivativos (NDF), Exposição ativa (passiva) líquida, Análise de sensibilidade.

2025

Valor contábil Conforme taxa efetiva Cenário possível 25% Cenário remoto 50%

CDI + 2,60% a.a (41.867) (7.084) (8.855) (10.626)

CDI + 3% a.a. (34.300) (5.941) (7.426) (8.911)

CDI + 6,8% a.a. (134) (28) (35) (42)

CDI + 5% a.a. (1.578) (305) (381) (457)

CDI-Cetip acrescida de 5,00% a.m 1,58% am (6.600) (1.275) (1.594) (1.913)

1,58% am (1.023) (194) (242) (291)

CDI + 1,55% a.m. (773) (255) (318) (382)

4,1571% a.a. (21.799) (906) (1.144) (1.353)

CDI + 3,33% a.a. (618) (144) (180) (216)

SELIC + 3,75% a.a. (1.567) (294) (367) (441)

11,84% a.a. (10.084) (1.194) (1.492) (1.791)

19,56% aa (1.099) (215) (269) (322)

CDI + 0,50% a.m. (2.218) (451) (166) (200)

CDI + 0,50% a.m. (116) (24) (9) (10)

CDI + 4,0% a.a. (312) (57) (71) (86)

SELIC + 6,4216% aa (631) (135) (169) (203)

Total de empréstimos indexador (124.916) (18.501) (35.169) (42.202)

Table with columns: Descrição, 2025, 2024. Rows include Descrição, Total do patrimônio líquido (b), Índice da dívida líquida pelo patrimônio ajustado (A/B), Estimativa do valor justo - Pressupõe-se que os saldos das contas a receber e das contas a pagar pelo valor contábil, menos eventual perda (impairment), estejam próximos de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado. A Administração aplica os procedimentos do CPC para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração: • Preços cotados (não

2025 2024

Total do empréstimo e financiamento 124.587 173.886

Menos: caixa e equivalentes de caixa (14.120) (38.397)

Dívida líquida (a) 110.467 135.489

o valor e a liquidez dos ativos financeiros e garantir recursos financeiros para o bom andamento dos negócios, incluindo suas expansões. Os principais riscos financeiros considerados pela gestão da Administração são: • Risco de preço das mercadorias; • Risco de crédito; • Risco de liquidez; e • Risco de mercado. - A Administração não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Esta nota explicativa apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos, políticas e processos para a mensuração e o gerenciamento do risco, e o gerenciamento de capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo destas demonstrações contábeis. c) Risco de preço das mercadorias - Está relacionado à possibilidade de oscilação no preço dos produtos que a Companhia comercializa. As receitas de vendas e principalmente o custo médio ponderado dos itens pode ser fortemente influenciado pela demanda de matéria prima adquirida na etapa anterior à compra do produto pela Companhia, em função da variação do preço do dólar. d) Risco de crédito - Os instrumentos financeiros que submetem a Administração a riscos de crédito de contraparte são representados, fundamentalmente, por caixa e equivalentes de caixa e contas a receber de clientes. Os riscos de crédito de caixa e equivalentes de caixa decorrem, principalmente, da incapacidade de instituições financeiras cumprirem suas obrigações financeiras com a Companhia. Regularmente a Administração executa análise de crédito das instituições nas quais mantém relacionamento através de diversas metodologias que avaliam liquidez, solvência, avançamento, qualidade da carteira, entre outras. Equivalentes de caixa são mantidos somente em instituições com histórico de sólida posição de crédito, privilegiando segurança e liquidez. Os riscos de créditos associados às contas a receber de clientes são reduzidos em virtude da análise de crédito e dos procedimentos de controle da Administração que monitoram esse risco. A exposição máxima do risco de crédito está demonstrada a seguir:

Table with columns: Descrição, Fluxo de caixa, Até o ano, Acima de um ano. Rows include Caixa e equivalentes de caixa, Contas a receber de clientes, Total, Passivos, Empréstimos e financiamentos, Fornecedores, Total.

f) Risco de mercado - Por meio de suas atividades, a Companhia fica exposta principalmente a riscos financeiros decorrentes de mudanças nas taxas de câmbio e nas taxas de juros. g) Risco de taxa de juros - O risco associado é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. A exposição das taxas de juros está resumizada na nota de sensibilidade a seguir. h) Risco de taxa de câmbio - O risco associado decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de câmbio, que reduzam valores nominais faturados ou aumentem valores captados no mercado. A exposição cambial líquida da Companhia, vinculadas, substancialmente ao dólar norte-americano e ao euro, é assim demonstrada:

Table with columns: Em dólares americanos (USD mil), Em euro (EUR mil), 2025, 2024. Rows include Fornecedores mercado externo, Instrumentos derivativos (NDF), Exposição ativa (passiva) líquida, Análise de sensibilidade.

2025

Valor contábil Conforme taxa efetiva Cenário possível 25% Cenário remoto 50%

CDI + 2,60% a.a (41.867) (7.084) (8.855) (10.626)

CDI + 3% a.a. (34.300) (5.941) (7.426) (8.911)

CDI + 6,8% a.a. (134) (28) (35) (42)

CDI + 5% a.a. (1.578) (305) (381) (457)

CDI-Cetip acrescida de 5,00% a.m 1,58% am (6.600) (1.275) (1.594) (1.913)

1,58% am (1.023) (194) (242) (291)

CDI + 1,55% a.m. (773) (255) (318) (382)

4,1571% a.a. (21.799) (906) (1.144) (1.353)

CDI + 3,33% a.a. (618) (144) (180) (216)

SELIC + 3,75% a.a. (1.567) (294) (367) (441)

11,84% a.a. (10.084) (1.194) (1.492) (1.791)

19,56% aa (1.099) (215) (269) (322)

CDI + 0,50% a.m. (2.218) (451) (166) (200)

CDI + 0,50% a.m. (116) (24) (9) (10)

CDI + 4,0% a.a. (312) (57) (71) (86)

SELIC + 6,4216% aa (631) (135) (169) (203)

Total de empréstimos indexador (124.916) (18.501) (35.169) (42.202)

Table with columns: Descrição, 2025, 2024. Rows include Descrição, Total do patrimônio líquido (b), Índice da dívida líquida pelo patrimônio ajustado (A/B), Estimativa do valor justo - Pressupõe-se que os saldos das contas a receber e das contas a pagar pelo valor contábil, menos eventual perda (impairment), estejam próximos de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado. A Administração aplica os procedimentos do CPC para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração: • Preços cotados (não

Table with columns: Descrição, 2025, 2024. Rows include Descrição, Total do patrimônio líquido (b), Índice da dívida líquida pelo patrimônio ajustado (A/B), Estimativa do valor justo - Pressupõe-se que os saldos das contas a receber e das contas a pagar pelo valor contábil, menos eventual perda (impairment), estejam próximos de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado. A Administração aplica os procedimentos do CPC para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração: • Preços cotados (não

Table with columns: Descrição, 2025, 2024. Rows include Descrição, Total do patrimônio líquido (b), Índice da dívida líquida pelo patrimônio ajustado (A/B), Estimativa do valor justo - Pressupõe-se que os saldos das contas a receber e das contas a pagar pelo valor contábil, menos eventual perda (impairment), estejam próximos de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado. A Administração aplica os procedimentos do CPC para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração: • Preços cotados (não

2025 2024

Total do empréstimo e financiamento 124.587 173.886

Menos: caixa e equivalentes de caixa (14.120) (38.397)

Dívida líquida (a) 110.467 135.489



ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração (nível 1); • Informações que são observáveis para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (nível 2); • Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não observáveis) (nível 3). Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia mantém apenas as aplicações financeiras mensuradas ao valor justo através do resultado, as quais estão classificadas no nível 1. No nível 2 a Companhia inclui instrumentos financeiros derivativos, tais como operações de swap e contratos de NDF, os quais são mensurados com base em técnicas de avaliação que utilizam dados de mercado observáveis, incluindo curvas de juros, taxas de câmbio, índices financeiros (como CDI) e volatilidades implícitas. A mensuração do valor justo desses instrumentos é realizada por meio de modelos de fluxo de caixa descontado, considerando as condições contratuais específicas de cada operação e as taxas vigentes no mercado na data-base das demonstrações financeiras. Dessa forma, embora não haja preço cotado em mercado ativo para esses instrumentos, os dados utilizados na mensuração são predominantemente observáveis, não havendo utilização de inputs não observáveis relevantes, o que justifica sua classificação no Nível 2 da hierarquia do valor justo. **26. Transações que não envolvem caixa** - Durante os exercícios de 2025 e 2024, a Companhia realizou as seguintes atividades de investimento e financiamento não envolvendo caixa, portanto, não estão refletidas na demonstração dos fluxos de caixa:

| Partes relacionadas | 2025 | 2024 |
|---|---------|---------|
| Reserva de capital | 15.000 | - |
| 27. Cobertura de seguros - A Administração da Companhia mantém cobertura de seguros em montantes consideráveis suficientes para cobrir eventuais sinistros que possam atingir seu patrimônio ou responsabilidade civil a ela imputada. Os seguros são contra incêndio e riscos diversos para bens do imobilizado e dos estoques, assim como para riscos civis inerentes à atividade. As premissas de riscos são adotadas conforme sua natureza. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de um exame das demonstrações contábeis e, consequentemente, não foram auditadas pelos nossos auditores independentes. Valores das apólices vigentes em 31 de dezembro de 2025: | 160.000 | 160.000 |

28. Eventos subsequentes - a) Em 16 de janeiro de 2026, a Companhia realizou a Reunião do Conselho de Administração, registrada em Ata, com os seguintes objetivos: • Aprovar a contratação de empréstimos e financiamentos pela Companhia, bem como emissão de cédulas de crédito bancário, notas de crédito à exportação, assinatura de contratos de câmbio, derivativos e respectivos aditivos, inclusive todas as suas repactuações e renegociações, junto ao Banco BOCOM BBM S/A em até R\$7.500 (sete milhões e quinhentos mil reais) nas datas de 16/01/2026 e 20/01/2026; • Autorizar a constituição de garantias fidejussórias por meio de garantias reais de cessão fiduciária de títulos e de direitos creditórios, incluindo aplicações financeiras, títulos e recebíveis, penhor mercantil ou rural, alienação fiduciária e hipoteca, sejam referidos bens integrantes de qualquer parte do ativo da Companhia, independentemente dos valores envolvidos, para garantir as obrigações assumidas pela Companhia nas operações contratadas junto ao Banco BOCOM BBM S/A; • Autorizar os diretores da Companhia a praticar todos os atos necessários para a implementação das deliberações ora aprovadas ou outor-

gar poderes para mandatários, sendo certo que a presente aprovação é válida para todos os instrumentos que venham a ser celebrados durante o período de 24 (vinte e quatro) meses contados desta data, salvo para as repactuações e renegociações de operações, em relação às quais a presente aprovação terá validade por prazo indeterminado. • Declarar, em caráter irrevogável e irretratável, a inexistência de Acionista ou qualquer outro documento, sendo certo que foram observadas todas as medidas necessárias para a autorização da operação e das garantias a serem prestadas em favor do Banco BOCOM BBM S.A. b) Em 20 de janeiro de 2026, a Companhia realizou a Reunião do Conselho de Administração, registrada em Ata, para deliberarem sobre a aprovação referente à realização da 2ª emissão de notas comerciais escriturais pela Companhia, em série única com garantia real e com garantia fidejussória, no valor total de R\$ 5.000 (cinco milhões de reais). c) Em 06 de fevereiro de 2026 a Companhia realizou junto ao Banco ABC Brasil S.A. o Termo de emissão da 2ª (segunda) emissão de notas comerciais escriturais, com garantia real, em série única, tendo como características: • A Emissão objeto do presente Termo de Emissão constitui a 2ª (segunda) emissão de Notas Comerciais Escriturais da Companhia; • Para todos os fins e efeitos legais, o local de emissão das Notas Comerciais será a Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo; • O valor total da Emissão será de R\$ 5.000 (cinco milhões de reais), na Data de Emissão; • A Emissão será realizada em série única. A Companhia constitui como garantia reais: • A Companhia faz a cessão fiduciária de duplicatas físicas ou escriturais, aceitas pelo BANCO ("Duplicatas"), representadas por bordereaus, que poderão ser apresentados sob a forma escrita ou eletrônica, sendo a transmissão dos arquivos eletrônicos preferencialmente realizados mediante layout CNAB ou equivalente diretamente na página do BANCO na internet, mediante acesso com senha eletrônica individual e intransferível; • Os direitos de crédito que a Companhia seja elou venha a ser titular perante o Banco em decorrência da(s) seguinte(s) conta(s) corrente(s) mantida(s) pela Companhia junto ao Banco; • O valor total da(s) Duplicatas objeto de cessão fiduciária em garantia deverá representar, durante toda a vigência deste contrato de cessão fiduciária, no mínimo 60,00% (sessenta por cento) do valor de principal. d) Em 16 de janeiro de 2026 a Companhia e o Banco BOCOM BBM celebraram o Termo Constitutivo da Emissão de Notas Comerciais, em Primeira Série, para Colocação Privada n.º 608.990, no valor de R\$5.000 (cinco milhões de reais). Na presente data, houve a liberação de recursos no montante de R\$5.000 (cinco milhões de reais), na conta de titularidade da Companhia, mantida junto ao Banco BOCOM BBM, em decorrência das Obrigações Garantidas. Foi condição precedente, necessária e determinante para a contratação dos recursos oriundos da NC Privada, a constituição da garantia complementar no âmbito do Programa Emergencial de Acesso a Crédito, com o provimento de recursos do Fundo Garantidor para Investimentos ("FGI PEAC"), administrado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social nas formas e condições previstas no Estatuto do FGI e o Regulamento de Operações para Outorga de Garantia no Âmbito do Programa Emergencial de Acesso a Crédito e demais normativos do FGI PEAC ("Garantia PEAC/FGI"); e) Em 20 de janeiro de 2026 a Companhia e o Banco BOCOM BBM celebraram o Termo Constitutivo da Emissão de Notas Comerciais, em Primeira Série, para Colocação Privada n.º 608.993, no montante de R\$2.500 (dois milhões e quinhentos mil reais). Na presente data, houve a liberação de recursos no montante de R\$2.500 (dois milhões e quinhentos mil reais), na conta de titularidade da Companhia, mantida junto ao Banco BOCOM BBM, em decorrência das Obrigações Garantidas. A presente operação possui garantia complementar no âmbito do

Programa Emergencial de Acesso a Crédito ("PEAC"), com o provimento de recursos do Fundo Garantidor para Investimentos ("FGI"), administrado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ("BNDES"), nas formas e condições previstas no Estatuto do FGI (registrado sob o número 926.590, no 3º Ofício de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro, a seguir denominado "Estatuto FGI") e no Regulamento de Operações para Outorga de Garantia no Âmbito do Programa Emergencial de Acesso a Crédito (PEAC), a ser registrado no Registro de Títulos e Documentos ("Regulamento"), e demais normativos do FGI PEAC (documentos reproduzidos no seguinte endereço eletrônico: <https://www.bnades.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/produto/peac>) ("Garantia PEAC/FGI"). f) Em 22 de janeiro de 2026 a Companhia e o Banco C6 Bank S.A. celebraram o contrato de CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO N.º 275501425, no montante principal de R\$ 2.637 (dois milhões, seiscentos e trinta e sete mil), ficando como garantia a Cessão Fiduciária de Duplicatas com a garantia complementar no percentual de 80% (oitenta por cento) do Saldo Devedor no âmbito do Programa Emergencial de Acesso a Crédito (PEAC), com o provimento de recursos do Fundo Garantidor para Investimentos ("FGI"), administrado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ("BNDES" ou "Administrador do FGI"), nas formas e condições previstas no estatuto do FGI, registrado sob o número 926.590, no 3º Ofício de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro ("Estatuto do FGI") e no Regulamento de Operações para Outorga de Garantia no Âmbito do Programa Emergencial de Acesso a Crédito, a ser registrado no Registro de Títulos e Documentos ("Regulamento PEAC"), e demais normativos do FGI PEAC (documentos reproduzidos no seguinte endereço eletrônico: <https://www.bnades.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/produto/peac>) ("Garantia FGI PEAC"). g) Em 10 de fevereiro de 2026 a Companhia e o Banco Daycoval S.A. celebraram o contrato de CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO N.º 2026000464, no montante principal de R\$ 3.207 (três milhões, duzentos e sete mil), ficando como garantia a Cessão Fiduciária de Títulos de Crédito, a Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e a Garantia Complementar do FGI correspondente a 80% do Valor do Crédito desta CCB. h) Em 30 de janeiro de 2026 a Companhia e o Banco Inter S.A. celebraram o contrato de CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO PESSOA JURÍDICA N.º 19245509, no montante principal de R\$ 3.218 (três milhões, duzentos e dezoito mil), ficando como garantia a Alienação Fiduciária de Cotas De Fundo De Investimento, a Cessão Fiduciária de DIREITOS CREDITÓRIOS ORIUNDOS DE DUPLICATAS e a Garantia Complementar do FGI PEAC. i) Em 06 de março de 2026 a Companhia e o Banco SICOOB CREDICOM - Cooperativa De Economia E Crédito Mútuo Dos Médicos E Profissionais Da Área De Saúde Do Brasil Ltda celebraram o contrato de CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO N.º 3193006, no montante principal de R\$ 5.168 (cinco milhões, cento e sessenta e oito mil), ficando como garantia a Cessão de direitos creditórios duplicatas - conta vinculada.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos Administradores e Acionistas do **Laboratório Globo S.A.** São José da Lapa - MG **Opinião com ressalva** - Examinamos as demonstrações contábeis do Laboratório Globo S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e ou-

tras informações elucidativas. Em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos do assunto descrito na seção "Base para opinião com ressalva" as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Laboratório Globo S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião com ressalva** - Conforme mencionado na nota explicativa n.º 11 às demonstrações contábeis, em 31 de dezembro de 2024 a Companhia não atendeu determinada cláusula contratual ("covenant") correspondente à dívida líquida sobre o lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização ("Ebitda") referente ao contrato de debêntures, o que tornaria o montante registrado no passivo não circulante, no valor de R\$50.000 mil naquela data, sujeito à exigibilidade imediata, com a necessidade de reclassificação da citada dívida do passivo não circulante para o passivo circulante (conforme requerido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil). Conforme divulgado na nota explicativa n.º 11, no dia 30 de janeiro de 2025, os credores concordaram em não exigir o pagamento antecipado. Neste caso, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, quando a entidade não atende a determinada cláusula contratual ("covenant") de um empréstimo de longo prazo, ao término ou antes do término do período de reporte, tomando o passivo vencido e, portanto, exigível à ordem do credor, o passivo deveria ter sido apresentado como passivo circulante, mesmo que o credor tenha concordado, após a data do balanço e antes da data da autorização para emissão das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, em não exigir pagamento antecipado. Dessa forma, o passivo deveria ter sido classificado como circulante porque, à data do balanço, a entidade não tinha o direito incondicional de diferir sua liquidação por, pelo menos, doze meses em 31 de dezembro de 2024. A Companhia não atendeu ao item citado e manteve o passivo classificado no não circulante naquela data. Portanto, em 31 de dezembro de 2024, o passivo circulante está apresentado a menor e o passivo não circulante, a maior, no montante de R\$50.000 mil, naquela data, afetando, portanto, a comparabilidade com saldos apresentados em 31 de dezembro de 2025, conforme determinam as práticas contábeis adotadas no Brasil. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva. **Responsabilidade da administração e da governança sobre as demonstrações contábeis** - A administração da Companhia é responsável pela elaboração e pela adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração preten-

da liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis** - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Belo Horizonte, 30 de março de 2026

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC MG-008.957/F-8
Daniel Menezes Vieira
Contador CRC 1MG-078.081/O-1

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Certisign Assinaturas. Para verificar as assinaturas clique no link: <http://assinaturas.certisign.com.br/Verificar/5241-4B05-C242-A317> ou vá até o site <http://assinaturas.certisign.com.br> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 5241-4B05-C242-A317



Hash do Documento

yIGd0v3sUsLuys72MJlZqlgkoq5uSSx0MyJGVgf8ldM=

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 01/04/2026 é(são) :

- Ruy Adriano Borges Muniz (ADMINISTRADOR) - 19.207.588/0001-87 em 01/04/2026 21:26
UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - EDIMINAS S A EDITORA GRAFICA INDUSTRIAL DE MINAS - 19.207.588/0001-87

Evidências

Geolocation: Latitude: -19.9231696 Longitude: -43.9567812 Accuracy: 3536.223198574636

IP: 172.16.4.3

AC: AC SAFEWEB RFB v5

